

## **SUSTENTABILIDADE URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS: AS POTENCIALIDADES DAS HORTAS URBANAS EM CURITIBA E PINHAIS (PR)**

### **URBAN SUSTAINABILITY AND PUBLIC POLICIES: THE POTENTIAL OF URBAN GARDENS IN CURITIBA AND PINHAIS (PR)**

Felipe Comitre<sup>1</sup>

**Resumo:** O modelo de urbanização estabelecido no Brasil, de maneira geral, privilegiou o crescimento periférico e a degradação ambiental em detrimento do respeito aos recursos naturais. Como consequência, formaram-se cidades dotadas de problemas estruturais e ambientais, tornando-se comum se depararem com os vazios urbanos, a especulação imobiliária, a segregação socioespacial e a ocupação de áreas de proteção ambiental. A presença de problemas sociais, econômicos e ambientais no espaço urbano estimula a busca por práticas que se voltem para atenuar as mazelas urbanas, nesse contexto, ascende-se a inserção do termo Desenvolvimento Sustentável para o planejamento urbano: a sustentabilidade urbana. O artigo foi norteado pela análise da cidade sustentável, destacando-se a interferência do Estado como importante agente modelador do espaço, sobretudo por suas imposições aos recursos naturais. A intenção do artigo consiste em compreender sobre os avanços de debates e ações em prol do Desenvolvimento Sustentável, questionando-se sua viabilidade e interesses preponderantes na elaboração de políticas públicas, enfatizando o incentivo ao desenvolvimento das hortas urbanas, embasadas pela agroecologia, nas cidades de Curitiba e Pinhais. Indagou-se como as hortas urbanas podem convergir para a sustentabilidade urbana e para a Educação Ambiental, diferentemente de outras políticas públicas que buscam, a partir do uso da imagem e do discurso sobre a sustentabilidade, a reprodução do capital por meio da atração de novos investimentos e consumidores. A metodologia escolhida se pautou na elaboração de trabalhos de campo, no contato com agentes do setor público dos municípios e na leitura de referencial teórico sobre a temática da sustentabilidade urbana.

**Palavras-chave:** sustentabilidade urbana; hortas urbanas; políticas públicas.

**Abstract:** The model of urbanization established in Brazil, generally, privileged the peripheral growth and the environmental degradation in detriment of the respect to the natural resources. As a consequence, cities with structural and environmental problems were formed, making it common to encounter urban voids, real estate speculation, socio-spatial segregation and the occupation of environmental protection areas. The presence of social, economic and environmental problems in the urban space stimulates the search for practices that focus on mitigating urban ills. In this context, the term Sustainable Development is inserted into urban planning: urban sustainability. The article was guided by the analyze of the sustainable city, emphasizing the interference of the State as an important agent for modeling space, above all by its imposition on natural resources. The intention of the article is to understand the advances

---

<sup>1</sup> Doutor em Organização do Espaço, UNESP. Docente de geografia em IFPR. E-mail: felipe.comitre@ifpr.edu.br.

in debates and actions in favor of Sustainable Development, questioning their feasibility and preponderant interests in the elaboration of public policies, emphasizing the incentive to the development of urban gardens, based on agroecology, in the cities of Curitiba and Pinhais. It was asked how urban gardens can converge to urban sustainability and Environmental Education, unlike other public policies that seek, from the use of image and discourse on sustainability, the reproduction of capital through the attraction of new investments and consumers. The chosen methodology was based on the elaboration of field work, the contact with agents of the public sector of the municipalities and the reading of theoretical reference on the subject of urban sustainability.

**Keywords:** urban sustainability; urban gardens; public policy.

## 1 INTRODUÇÃO

O modelo de urbanização no Brasil foi planejado de acordo com os interesses do capital, logo, as questões sociais, econômicas e ambientais inerentes a reprodução da vida nas cidades foi, praticamente, direcionada para a possibilidade de gerar lucros e investimentos para determinados agentes do espaço urbano, especialmente o mercado imobiliário.

A escolha de se sobrepôr o valor de troca ao valor de uso no espaço urbano estimulou a presença de inúmeros problemas nas cidades brasileiras, destacando-se a precariedade de infraestrutura associada a degradação dos recursos naturais.

A busca por contemplar as preferências do mercado imobiliário proporcionou o crescimento desordenado das cidades brasileiras, tornando-se comum se deparar com vazios urbanos originados pela especulação imobiliária. Consequentemente, assiste-se a presença de cidades pautadas pela segregação socioespacial que, conjuntamente com a especulação imobiliária, oneram o tempo e o custo do deslocamento cotidiano de muitos habitantes das cidades, além de promover o avanço de impactos ambientais.

Ao reconhecer que o modelo de planejamento urbano adotado em muitas cidades brasileiras culmina no avanço dos impactos socioambientais, debate-se sobre quais ações, feitas pelo Estado ou por iniciativas privadas,

podem contribuir com a amenização dos problemas urbanos e com o avanço da sustentabilidade urbana.

Nas últimas décadas, especialmente a partir de 2000, muitas cidades passaram a incorporar o conceito de Desenvolvimento Sustentável para o planejamento urbano. O Estatuto da Cidade, promulgado em 2001, prevê no Capítulo 1, Art. 2º inciso I, o direito à cidades sustentáveis<sup>2</sup>. Consequentemente, as questões relacionadas ao uso sustentável da terra urbana se tornaram cada vez mais frequente em Planos Diretores, leis municipais e também nos discursos políticos.

Indaga-se, porém, a viabilidade das políticas públicas com relação a possibilidade de se alcançar a sustentabilidade urbana. Ou seja, as políticas estão se transformando em ações que transformam o cotidiano nas cidades em prol da sustentabilidade ou apenas promovem discursos, muitas vezes superficiais, que buscam associar a imagem da cidade com o tema do Desenvolvimento Sustentável para se alcançar novos investimentos e consumidores?

Dentro desse contexto, ascende-se o debate sobre a relevância das hortas urbanas, pautadas pelos princípios da agroecologia, como alternativa de se alcançar, mais precisamente caminhar, para a sustentabilidade urbana empiricamente. Diferentemente de ações que se alinham para as temáticas da sustentabilidade, mas que na prática se voltam para os interesses do capital por meio da construção de uma imagem que estimula novos investimentos e consumidores para o espaço urbano.

As hortas orgânicas estão cada vez mais presentes no espaço urbano, sendo construídas em áreas públicas ou privadas ociosas, quintais de casas e também nas escolas. A agricultura orgânica é entendida, segundo Penteadó (2001, p. 9), como “um sistema de produção comprometido com a saúde, a

---

<sup>2</sup> “[...]entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 2001, p. 17)

ética e a cidadania do ser humano, visando contribuir para a preservação da vida e da natureza”.

Ao reconhecer o conceito de Penteado (2001), percebe-se que a presença das hortas orgânicas transcende a produção de determinados gêneros agrícolas, já que o seu planejamento e elaboração se aproximam dos segmentos de lazer, educação e da busca pelo uso consciente dos recursos naturais.

Incrementar estratégias que valorizem a construção de hortas urbanas pode contribuir, então, para a sustentabilidade urbana, paralelamente, com a ampliação da Educação Ambiental entre os habitantes das cidades. A presença de hortas tende a ser útil para atenuar a visão mercadológica ou superficial que enreda alguns discursos associados ao Desenvolvimento Sustentável, bem como de políticas que fundamentam as práticas do Estado, em suas diferentes instâncias, no período contemporâneo.

Com o intuito de refletir sobre a importância das hortas para a sustentabilidade urbana, decidiu-se analisar as principais políticas públicas direcionadas ao incentivo de construção de hortas nos municípios de Curitiba e Pinhais, ambos situados no estado do Paraná. O recorte temporal escolhido para análise tem como início o ano de 1986, que condiz com a implantação do Programa Lavoura em Curitiba, até o ano de 2018.

A escolha das cidades se deu, primeiramente, pelo fato de Curitiba apresentar desde a década de 1970 menções relacionadas com o meio ambiente. Já na década de 1970, o poder municipal divulgava a cidade como “capital ecológica” devido a presença de parques, bosques e áreas de preservação. Além disso, Oliveira (2001) afirma que o município passou a contar, em 1986, com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, ou seja, estabeleceu novas diretrizes para a atuação em prol do respeito ao meio ambiente.

Curitiba, desde então, recebe constantes premiações associadas com a questão ambiental, dentre os prêmios relevantes e mais recentes se destacam: *Globe Award Sustainable City* (2010); Prêmio *Green City Index* – Cidade mais

verde e sustentável da América Latina (2010); Prêmio *Global Green City Award* (2012) e Cidade modelo de economia verde, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (2012).

Pinhais vem se destacando, principalmente na última década, como uma cidade que estimula as práticas agrícolas no espaço urbano, sobretudo pelo incentivo realizado por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, mais especificamente pelo Departamento de Agricultura e Abastecimento.

O conceito de horta urbano aqui compreendido se embasa na publicação do Comitê de Agricultura (FAO, 1999), visto que faz uma relação entre agricultura urbana e políticas públicas. A ênfase se volta para a produção agrícola na cidade como estratégia para superação de crises econômicas, principalmente para se alcançar a soberania e a segurança alimentar<sup>3</sup>. Fator que converge com a publicação da Agenda 21, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Eco-92, que destaca a função da agricultura urbana para se buscar a sustentabilidade urbana.

O método escolhido para se analisar o espaço urbano condiz com as categorias propostas por Carlos (2001), que compreende o espaço como produto, meio e condição das relações sociais. Portanto, reconhece-se que as relações sociais são materializadas no espaço e, concomitantemente, os objetos já materializados influenciam nas relações sociais desenvolvidas no espaço urbano.

Já a perspectiva da agroecologia foi embasada na teoria de Costa (2017) que:

[...] incorpora a ideia de se desenvolver agrossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e

---

<sup>3</sup> Entende-se soberania alimentar como o direito de os povos adotarem suas políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos com o intuito de garantir o direito à alimentação para todos seus habitantes (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001). Já segurança alimentar se caracteriza pela possibilidade de todos terem acesso regularmente a alimentos de qualidade em quantidades básicas, respeitando-se os aspectos ambientais, culturais, econômicos e sociais (II CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAN, 2004).

energéticos, e enfatiza as interações e sinergismos entre seus vários componentes biológicos, no foco da eficiência biológica, econômica e da proteção do meio ambiente. (COSTA, 2017, p. 38)

A agroecologia se encontra em ascensão no Brasil e em várias partes do globo, o que resulta na busca por uma relação mais harmoniosa entre o homem e a natureza. Para isso, fomenta-se a implantação de alternativas que reduzem a dependência de insumos externos, destacando-se a produção de adubo orgânico, a captação de água e o controle natural de pragas.

O estímulo ao desenvolvimento de modelos de produção que apresentam um cuidado com os recursos naturais é imprescindível para se alcançar a sustentabilidade urbana. Contudo, entende-se que uma horta urbana não se adequa necessariamente como os princípios da agroecologia ou da agricultura orgânica. Portanto, o poder público que se direciona para a sustentabilidade urbana precisa, via implantação de dispositivos legais e incentivos econômicos e sociais, gerar ações que se aproximem dos seus ideais.

O levantamento de referenciais teóricos, o contato com agentes do poder público municipal e com alguns beneficiados do programa Horta no Quintal de Casa oportunizaram o avanço do conhecimento sobre hortas e a sustentabilidade urbana.

O contato com os servidores<sup>4</sup> municipais de Pinhais e com os beneficiários do programa ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, composta exclusivamente por perguntas abertas, tendo como fio condutor da entrevista a questão da sustentabilidade urbana.

No caso dos servidores, enfatizou-se a reflexão sobre os seguintes temas: i) Políticas públicas municipais que convergem para a sustentabilidade urbana; ii) Relação das hortas urbanas da cidade com a busca pela

---

<sup>4</sup> Foram entrevistados dois servidores municipais que atuam na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDE), em abril de 2018, e três beneficiários do programa Horta no Quintal de Casa, estes indicados pelo Departamento de Agricultura e Abastecimento, em agosto de 2018.

sustentabilidade. Já com os beneficiários do Horta no Quintal de Casa as perguntas se direcionaram para: as mudanças sociais e econômicas advindas da implantação da horta na residência.

Paralelamente a tais metodologias, foram realizados trabalhos de campo para fragmentos urbanos contemplados com projetos públicos de hortas, o que possibilitou novas reflexões críticas sobre a possibilidade de se alcançar a sustentabilidade urbana por meio de políticas públicas que se dedicam à transformação nas formas de reprodução do espaço.

## **2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: EVOLUÇÃO DO TERMO E A SUA DIFUSÃO PARA O PLANEJAMENTO URBANO**

Ao remetermos o debate sobre o conceito de sustentabilidade urbana, torna-se imprescindível a formulação de um breve contexto histórico que elucide a gênese, assim como as pretensões advindas com a problemática ambiental, do termo Desenvolvimento Sustentável. Permitindo, posteriormente, uma análise de suas implicações para o planejamento urbano, pautando tal investigação por meio da avaliação de políticas urbanas que, quando executadas, atuam na transformação do desenvolvimento e ordenamento territorial das cidades.

A problemática ambiental ganhou ênfase durante a década de 1960, alertando que a utilização dos recursos naturais, oriundos da busca incessante pelo crescimento econômico, causaria uma catástrofe sem volta, representada pela destruição do planeta. De acordo com Nobre (2002, p. 27) a temática muito se assemelhou com os ideais propostos pela teoria malthusiana, do início do século XIX, já que “a partir dos anos 1960, a problemática ambiental surgiu acoplada à discussão sobre o crescimento demográfico e suas mazelas”.

Nobre (2002) sintetiza a preocupação com a questão ambiental ao apresentar a influência de algumas obras publicadas neste período, dando destaque para o *best seller* de Paul Ehrlich denominado *The population bomb* e



para o artigo *The tragedy of the commons*, do autor Garrett Hardin, ambos publicados em 1968.

Contudo, pode-se afirmar que o ano de 1972 foi decisivo para a questão ambiental, devido a publicação do livro *The Limits to growth*, escrito por Meadows e sua equipe. Tal livro foi responsável por nortear as discussões presentes na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no mesmo ano em Estocolmo.

A reflexão sobre a sustentabilidade urbana se tornou cada vez mais frequente em encontros e congressos internacionais, sobretudo após a Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo. (MADUREIRA, 2005).

A temática que permeava as reflexões nos eventos internacionais, voltados ao debate sobre a situação do meio ambiente, durante a década de 1970, concentrou-se na contestação entre crescimento econômico, pautado no avanço da industrialização, e a questão ambiental. Tal fato gerou um antagonismo entre grupos desenvolvimentistas e ambientalistas.

De acordo com Nobre (2002), a publicação do livro de Meadows:

[...] introduziu a finitude na discussão econômica de uma nova perspectiva: não apenas aduziu as problemáticas da poluição e da utilização dos recursos naturais finitos como variáveis fundamentais do processo econômico e social, mas também popularizou, de maneira antes impensada, a questão ambiental. (NOBRE, 2002, p. 28 - 29)

O estudo de Meadows propunha um congelamento do crescimento da população global e do capital industrial com o intuito de conquistar a estabilidade econômica e ecológica, defendendo a tese do “crescimento zero”. Caso contrário, o mundo entraria em um grande colapso no futuro, devido aos limites de crescimento do planeta que culminariam diretamente na diminuição da população, assim como da produção industrial. (BRÜSEKE, 1994).

Durante a década de 1970 outros relatórios foram publicados e também novos conceitos foram formulados. Porém, o debate ambiental desta década se



embasou, de forma geral, em discussões teóricas sobre a relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente.

No final da década de 1970, mais precisamente em 1979, no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, realizado em Estocolmo, foi apresentada a gênese do termo que, posteriormente, difundir-se-ia amplamente para se refletir sobre a questão ambiental: o Desenvolvimento Sustentável. Este apareceu na apresentação de um trabalho realizado por Burger, intitulado de “A busca por padrões sustentáveis de desenvolvimento”. (NOBRE, 2002).

No entanto, o conceito de Desenvolvimento Sustentável adquiriu destaque com o objetivo proposto no *World Conservation Strategy* (WCS): “de alcançar o desenvolvimento sustentável por meio da conservação dos recursos vivos”. (LÉLÉ, 1991, *apud* NOBRE, 2002, p. 38).

A utilização do conceito, a partir da superação da divisão entre desenvolvimentistas e ambientalistas, possibilitou a geração de acordos que visavam a preservação e a conservação da natureza. Logo, o Desenvolvimento Sustentável passou a ser utilizado em políticas internacionais, culminando na formação da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), também denominada de Comissão Brundtland, que foi responsável pela publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, em 1987.

O relatório “Nosso Futuro Comum” contribuiu para consolidar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades (WCED, 1987). A publicação do relatório oportunizou a superação da contradição entre desenvolvimento e meio ambiente, existente nos debates da década de 1970. Isso porque o relatório demonstra existir limites últimos para a utilização dos recursos naturais, porém, se estes forem usados e gerenciados de forma adequada, serão suficientes para satisfazer as necessidades humanas do presente e do futuro. (NOBRE, 2002)

A difusão do termo e o debate sobre Desenvolvimento Sustentável alavancou o seu uso para o planejamento urbano. Na década de 1990, o termo foi enfatizado pela publicação de documentos “multilaterais bastante conhecidos, como a Agenda 21, resultado da Conferência Rio 92, e a Agenda Habitat, originada da Conferência Habitat II”. (BRAGA, 2008, p. 4).

A gênese e difusão do termo Desenvolvimento Sustentável passou a superar os congressos e protocolos ambientais, tornando-se frequente no contexto das cidades, como esclarece Madureira (2005):

Simultaneamente ao debate em torno do conceito de Desenvolvimento Sustentável emergiu ao longo dos últimos anos uma produção significativa sobre a sua aplicabilidade ao meio urbano. A multiplicação de estudos dedicados ao «desenvolvimento urbano sustentável» é fruto do próprio “sucesso” do conceito de «desenvolvimento sustentável», e duma natural tentativa de aplicação conceptual, sobretudo na sua vertente ambiental, à escala urbana ou regional. (MADUREIRA, 2005, p. 3)

A ampla divulgação do termo Desenvolvimento Sustentável fomentou o estabelecimento de modelos de gestão urbana que se direcionassem para o uso ideal dos recursos naturais nas cidades. Contudo, muitos governantes enxergavam na sustentabilidade a chance de inserir a cidade no contexto da competitividade interurbana, característica do *city marketing*, e não como um modelo que tornasse viável a satisfação de critérios ambientais, sociais e econômicos no espaço urbano.

De acordo com Sanchez (2003, p. 55), o *city marketing* consiste em “um mecanismo institucional de promoção e venda das cidades”. Esse modelo é típico do Planejamento Estratégico, que busca, especialmente, a consolidação de uma imagem forte da cidade para a conquista de novos investimentos e consumidores, em um cenário marcado pela competitividade interurbana.

Existe uma relação direta entre Desenvolvimento Sustentável e *city marketing*, entretanto, questionam-se quais outras ações podem ser feitas pelo Estado para se aproximar do modelo de sustentabilidade que condiz com a contemplação dos segmentos ambiental, econômico e social.

### 3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CURITIBA: VENDA DA CIDADE OU POSSIBILIDADE PARA SUSTENTABILIDADE URBANA?

No Brasil, a cidade de Curitiba foi uma das precursoras na imposição do *city marketing* com o respaldo do discurso de Desenvolvimento Sustentável. Desde a década de 1970, a cidade vende a imagem de preocupação e respeito com o meio ambiente. Além disso, entre o final da década de 1980 e início de 1990, Curitiba era conhecida como “Capital Ecológica”.

A criação e expansão de parques e áreas verdes, a partir de 1970, contribuiu para a construção de uma imagem da cidade associada ao respeito pelos recursos naturais. Na década de 2000 o discurso de cidade sustentável ganhou força em Curitiba, sobretudo com a criação do “Programa Biocidade”<sup>5</sup>, em 2007, e do Mercado de Orgânicos, em 2009, situado junto ao Mercado Municipal. (FOGAÇA, 2011).

Apesar de todo o processo de construção da imagem voltada para a “Capital Ecológica”, Curitiba continuou se deparando com problemas urbanos. Segundo Fogaça (2011):

[...] a cidade bela, planejada e ecológica também está sujeita a um urbanismo marcado pela pobreza e pela degradação ambiental em algumas de suas áreas, justamente aquelas ocupadas de forma irregular, e por todas as consequências que a desigualdade social proporciona. (FOGAÇA, 2011p. 127)

A autora revela que Curitiba buscava divulgar a imagem de uma cidade sustentável, turística e planejada, entretanto, a sua realidade se embasava na contradição urbana marcada pelo avanço pontual de alguns fragmentos

---

<sup>5</sup> O programa consiste em apoiar práticas de gestão ambiental, destacando-se projetos de revitalização de rios, preservação de áreas naturais privadas e a inserção de modais de transporte sustentáveis. (BIOCIDADE “CURITIBA, disponível em <http://www.biocidade.curitiba.pr.gov.br/biocity/31.html>)

urbanos e abandono e precariedade de infraestrutura em outros. Logo, o que sempre existiu foram ilhas de sustentabilidade permeadas por bolsões de pobreza e exclusão.

A realidade de Curitiba revela o processo de fragmentação do espaço urbano, processo que Corrêa (2001, p. 146) define como mosaico urbano, “caracterizado pela justaposição de diferentes paisagens e usos da terra”. Para Corrêa (2001), a realização de políticas públicas que acentuam o valor de troca sobre o valor de uso da terra culmina na formação de uma cidade desigual, que pode ser observada pelos objetos materializados no espaço.

Vale ainda salientar que muitos bairros de Curitiba ocupados pela elite financeira se desenvolveram frente a áreas de proteção ambiental, porém, com o respaldo e aceitação do poder público. Fator este que demonstra a seletividade perante a permissividade em ocupar áreas de proteção ambiental, na qual os grupos sociais dotados de alto poder aquisitivo podem gerar impactos ambientais sem serem importunados pelo Estado. (FOGAÇA, 2011)

A contradição urbana presente em Curitiba, mesmo com a tentativa de associação entre seu espaço urbano e o Desenvolvimento Sustentável, impossibilita defini-la como uma cidade sustentável. Isso porque, de acordo com Braga (2008):

Uma cidade sustentável seria, portanto, aquela capaz de promover uma urbanização sustentável, capaz de promover um ambiente de crescimento e eficiência econômica, justiça social e proteção ambiental, tudo isso sem transferir custos ambientais e sociais para outras cidades e regiões. (BRAGA, 2008, p. 5)

A análise de Braga (2008) estimula a superação da associação do Desenvolvimento Sustentável exclusivamente com a questão relacionada ao meio ambiente. A sustentabilidade urbana, portanto, só pode ser atingida caso exista um direcionamento de ações que valorizem também as questões sociais e econômicas. Nesse contexto, é fundamental buscar soluções para os

diversos problemas urbanos, como a especulação imobiliária<sup>6</sup> e a segregação socioespacial<sup>7</sup>.

Madureira (2005), com base na reflexão de Vale (2004), demonstra que a sustentabilidade urbana condiz com um processo, e não como um resultado:

[...] a sustentabilidade urbana não é um estado final a atingir, mas antes um objetivo de longo prazo, sujeito a processos de monitorização e de reajustamento, cujas políticas urbanas devem promover desde já, seguindo um princípio preventivo. (VALE, 2004 apud MADUREIRA, 2005, p. 4-5)

A viabilidade da sustentabilidade urbana se dá quando compreendida como um processo gradativo e amplo, diretamente relacionado ao planejamento urbano. São várias as estratégias utilizadas pelo poder público para se estabelecer práticas que convergem com a formação da sustentabilidade, destacando-se reflexões direcionadas à forma urbana, que resulta na reprodução da cidade compacta<sup>8</sup> ou dispersa, mas também por incentivos em programas socioambientais, como é o caso do estímulo às hortas urbanas.

Ao reconhecer o histórico de surgimento e a consequente apropriação do poder público do conceito de Desenvolvimento Sustentável, pode-se afirmar que o tema vem transcendendo a esfera dos protocolos ambientais oriundos dos congressos e conferências, tornando-se cada vez mais presente em pesquisas e temáticas do planejamento urbano.

A associação entre sustentabilidade e desenvolvimento urbano pode estimular a formação de cidades mais próximas de se estabelecer o direito à

---

<sup>6</sup> De acordo com Singer (1982) a especulação imobiliária consiste em vantagens conquistadas pelos investidores que possuem informações privilegiadas, geralmente do setor público, que são aproveitadas para gerar lucros por meio da compra de imóveis e terrenos antecipadamente de sua valorização.

<sup>7</sup> De acordo com Rodrigues (1988) a segregação socioespacial é típica de cidades capitalistas, isso porque os fragmentos urbanos são apropriados de acordo com a classe social dos habitantes, o que gera bairros ocupados por pessoas de mesmo poder aquisitivo.

<sup>8</sup> Acselrad (1999) explica que não existe um consenso entre a viabilidade da cidade compacta, porém, explica que seus defensores acreditam que a alta densidade e o uso misto da terra, embasados pelo modelo policêntrico em rede, são responsáveis por reduzir as distâncias dos trajetos e, conseqüentemente, pela eficiência energética.

cidade<sup>9</sup>. Contrariando, assim, o modelo de urbanização adotado no Brasil que, historicamente, voltou-se aos interesses do capital em detrimento dos segmentos sociais e ambientais.

O incentivo para a construção de hortas urbanas, estabelecidos pelo poder público, engendram-se como ações opostas aos interesses do capital e, conseqüentemente, aproximam-se da sustentabilidade urbana, já que, como afirma Madureira (2005), englobam os três pilares: social, econômico e ambiental.

A agricultura urbana possibilita rompimento da lógica capitalista do espaço urbano que enxerga no vazio urbano apenas possibilidades para a reprodução do capital via especulação imobiliária. A presença de hortas nas cidades é compatível com a ascensão do valor de uso sobre o valor de troca do solo urbano.

De acordo com Monte-mor (1994, apud Ferrareto 2015):

É um desafio usar o solo urbano, de forma permissiva à inserção da população pobre na economia. Essa aplicação favorecerá a criação de meios de reprodução que auxiliariam o morador a ter melhores condições de uso da cidade. Nesse sentido, podemos indicar que a agricultura urbana (AU) tem potencial para tornar-se uma prática interessante de uso do solo urbano pelos moradores da cidade, que iria além de uso apenas para moradia. (MONTE-MOR, 1994, apud FERRARETO, 2015, p. 61)

Para se alcançar a sustentabilidade urbana, torna-se indispensável a sobreposição do valor de uso ao valor de troca do solo urbano. Sendo que o uso do solo não se limita ao acesso à moradia, mas também a produção de alimentos que contribuem para a segurança e a soberania alimentar.

Procurou-se refletir sobre o avanço da sustentabilidade urbana a partir do estudo de caso de dois municípios: Curitiba e Pinhais. A primeira ocorreu devido a sua relação histórica com a questão da sustentabilidade, isso porque

---

<sup>9</sup> O direito à cidade é aqui compreendido segundo a proposta de Lefebvre (2001), que consiste na concepção da cidade como um bem coletivo, respeitando os direitos sociais e o bem público, isto é, que permita o acesso universal aos bens inerentes ao espaço urbano.

desde a década de 1970 já era possível associar políticas públicas com a questão do Desenvolvimento Sustentável. Já o segundo foi analisado, pois a partir da última década as políticas públicas voltadas à agricultura urbana se encontram em ascensão.

Além do destaque individual de cada município com relação a criação de políticas públicas que se direcionam para a questão da sustentabilidade, deve-se compreender o aspecto de inter-relação entre as cidades, visto que fazem parte da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Fator que gera uma interdependência econômica, social, populacional e ambiental entre os municípios membros.

### **3.1. AS HORTAS NAS CIDADES DE CURITIBA E PINHAIS: PROJETOS PÚBLICOS EM PROL DA SUSTENTABILIDADE URBANA**

Foi verificado que, muitas vezes, os programas e modelos de planejamento urbano voltados à questão de sustentabilidade nem sempre convergem para a sua concretização na prática. A intenção primordial, via de regra, embasa-se no estabelecimento de uma imagem da cidade, pautada na conquista de certificações e selos, que oportunizam novos investimentos e consumidores.

Surge em contrapartida aos interesses voltados à reprodução do capital via venda de uma imagem apazível, a criação de hortas urbanas como alternativa para que a sociedade, juntamente com o poder público, adote práticas que resultem na ampliação da sustentabilidade urbana.

Ferrareto (2015) analisa as potencialidades da agricultura urbana quando associadas com políticas públicas e com a sociedade civil organizada, afirmando que o avanço de projetos públicos de incentivo a agricultura urbana:

[...] passa a ter para as questões de políticas públicas em algumas regiões, sendo considerada uma estratégica benéfica para a sustentabilidade urbana, promovendo não apenas o autoconsumo e a geração de renda, mas também a boa



utilização de espaços urbanos, muitas vezes ociosos ou indevidamente aproveitados. (FERRARETO, 2015, p. 36)

É assim que a agricultura urbana pode contribuir com a ocupação de vazios urbanos e estimular a busca pela segurança e soberania alimentar nas cidades, transcendendo com a esfera de produção de alimentos e, conseqüentemente, aproximando-se de questões sociais, econômicas, culturais e ambientais.

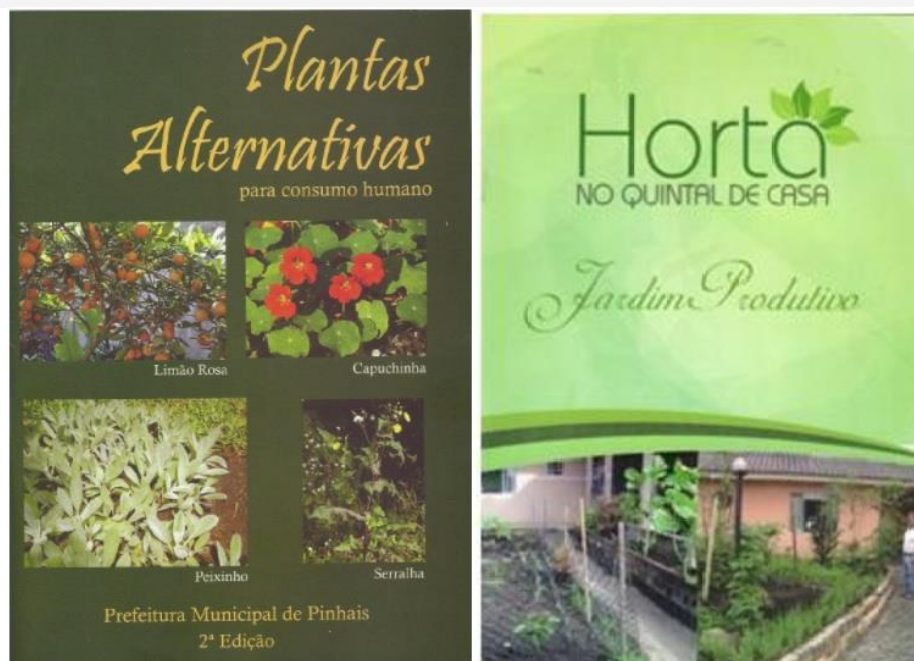
O avanço das hortas urbanas, embasadas pela agroecologia, adequa-se com a redução da especulação imobiliária e com a ascensão do valor de uso da terra urbana. Isso porque a sustentabilidade urbana não se limita à atuação por meio de práticas agrícolas nas cidades, já que converge com o uso consciente dos recursos naturais e da ocupação urbana planejada ao desenvolvimento social.

O município de Pinhais, por meio do Departamento de Agricultura e Abastecimento, vem incentivando, desde 2008, a agricultura urbana por meio da criação do programa Horta no Quintal de Casa. O contato com servidores do Departamento de Agricultura e Abastecimento fomentou a compreensão dos objetivos e metodologias implantadas pelo programa público de esfera municipal.

Um dos servidores entrevistados relatou que o intuito do projeto “Horta no Quintal de Casa” condiz com a ampliação da sustentabilidade na cidade, concomitantemente, ao avanço da Educação Ambiental entre moradores de Pinhais. O entrevistado afirmou que “os beneficiários do projeto são os principais divulgadores do Horta no Quintal de Casa, incentivando a criação de hortas entre os parentes familiares e também vizinhos”.

Para isso, utiliza-se de metodologias de apoio e incentivo a criação de hortas urbanas, com base na agricultura orgânica, nas residências por meio da doação de mudas, adubos orgânicos e materiais explicativos, destacando-se cartilhas sobre a temática.

**Figura 1** - Cartilhas da Prefeitura de Pinhais



Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Pinhais (2016).

As cartilhas abordam temas relacionados aos princípios básicos para a elaboração de hortas e pomares; formas orgânicas para manutenção da horta incluindo o controle de pragas; técnicas de compostagem; informações nutricionais sobre as hortaliças e também os períodos adequados para sementeira e plantio.

Em 2017, o projeto Horta no Quintal de Casa contemplou 1.109 famílias de Pinhais, tendo um investimento público de cinquenta mil reais para todo o ano. A verba foi usada para a doação de mudas, insumos agrícolas naturais e impressão das cartilhas explicativas.

O critério para ser beneficiado pelo programa de Pinhais é o socioeconômico. Ou seja, a renda familiar do beneficiário não pode ultrapassar três salários mínimos, o que demonstra que o caráter do projeto transcende a esfera ambiental, aproximando-se também da justiça social.

Um dos beneficiários do programa informou em entrevista que “[...] agora eu próprio produzo as hortaliças que eu me alimento, não precisando gastar com isso no mercado”. Quando indagado sobre a possibilidade de

complementar a renda com as hortaliças, afirmou “não vendo, mas quando tem bastante eu levo para meus parentes que ainda não plantam”.

A situação descrita de não vender as hortaliças foi a realidade entre todos os moradores. Uma possível explicação é que o projeto se destina mais para o plantio em quintais, sendo que nem todos possuem um espaço suficiente para a produção de excedentes que possibilite a sua venda. Por outro lado, evidencia-se o caráter de solidariedade entre os beneficiários, visto que todos relataram o processo de doação das hortaliças para parentes e amigos.

A cidade de Curitiba também conta com programas públicos voltados ao desenvolvimento de hortas urbanas. O mais antigo é denominado de Lavoura, criado na gestão do prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, em 1986. O programa se originou da criação do Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba (FAAC) juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que resultou na criação da Secretaria Municipal de Abastecimento de Curitiba (SMAB), destinada a financiar e manter programas da temática de alimentos. (FERRARETO, 2015).

Basicamente a SMAB usava o FAAC para a compra de produtos agrícolas, tornando-se possível destinar mudas, sementes e insumos para os beneficiários, que necessitavam se inscrever para participar do programa. Ferrareto (2015) descreve que conceitos como segurança e soberania alimentar na época da criação não eram previstos no projeto, sendo que o objetivo principal do programa consistia na viabilização de alimentos para as pessoas de baixa renda de Curitiba.

A metodologia utilizada para destinar os alimentos para a população mais pobre se baseava no autoconsumo, ou seja, produzir o que é necessário para a alimentação da família. Mas também pela possibilidade de comprar os alimentos por preços mais acessíveis, neste caso para os consumidores que comprovassem a renda baixa. (FERRARETO, 2015).

De acordo com Ferrareto (2015), paralelamente aos objetivos diretamente relacionados à produção e acesso aos alimentos, o programa

Lavoura tinha o intuito de evitar as ocupações de terra em algumas regiões do município, especialmente as situadas nas áreas de alta tensão da COPEL. Destinando-se áreas específicas para os participantes do projeto produzirem seus alimentos.

Uma das ideias para implantação das hortas foi a utilização de espaços ociosos, como embaixo da fiação da COPEL que, neste caso, não permite diversos usos devido aos riscos de descargas elétricas. Dessa forma, o programa Lavoura regularizou os usos nas áreas de alta tensão, destinando-as para as hortas urbanas, mas sem oferecer riscos para os produtores.

Outra grande vantagem da criação do projeto Lavoura foi que com seu crescimento, perceberam a necessidade de sua profissionalização. Como consequência, foram contratados um técnico agrícola e um engenheiro para o projeto, posteriormente, foi realizado um concurso público para aumentar a equipe técnica. (FERRARETO, 2015). Tal fato demonstra a geração de empregos a partir do avanço do Lavoura, ou seja, uma política de criação de hortas não se resume a esfera de produção de alimentos.

Após os anos 1990 o programa se destinou também para áreas privadas, por meio de parcerias com os proprietários das terras sem uso, que até o momento fomentavam apenas a especulação imobiliária. A funcionalidade e o número de adeptos do projeto Lavoura impulsionou o poder público municipal de Curitiba a criar mais um programa voltado a hortas urbanas.

De acordo com Ferrareto (2015):

Em 2010, devido à extensão do projeto, dividiram o projeto em dois, o Programa Lavoura, que visa o apoio e uso de grandes áreas com maiores produções (agricultura familiar), e o programa Nosso Quintal, dito como uma subdivisão do Programa Lavoura, que visa o apoio para a inserção de hortas em quintais de residências, escolas e instituições, visando a produção para subsistência ou até para geração de renda extra através do comércio. (FERRARETO, 2015, p. 72)

Percebe-se que o programa Nosso Quintal nasce com o intuito de dar suporte para as pequenas produções agrícolas, sobretudo as implantadas nos próprios domicílios das pessoas interessadas, escolas e outras instituições municipais. Tal projeto apresenta muitas semelhanças com o Horta na Quintal de casa, promovido pela prefeitura de Pinhais um ano antes do Nosso Quintal.

O programa Lavoura, até 2015, beneficiava diretamente setecentas e setenta e três pessoas, que produziam os alimentos em setecentas e sessenta e duas hortas ou lavouras, abrangendo uma área de aproximadamente 667.836 metros quadrados. De acordo com a SMAB (2016), o projeto Lavoura contava em 2016 com 799 hortas comunitárias implantadas em vazios urbanos, tendo como beneficiários aproximadamente 800 famílias.

As hortas originadas pelo programa Lavoura estão espalhadas por diversos bairros de Curitiba, apresentando variação com relação a sua extensão. Valieri (2012) afirma que a atuação do programa se concentra nas porções sul e oeste da cidade. Tais dados podem ser observados na tabela 1.

**Tabela 1 - Distribuição das hortas por bairros de Curitiba (2014)**

	Nome/Entidade	Reg.	Área (m <sup>2</sup> )	Hortas	Benef.		Nome/Entidade	Reg.	Área (m <sup>2</sup> )	Hortas	Benef.
1	Agricultor Alfredo Jabonka	CIC	30.000	1	1	16	Eletrosul-Associação Moradias Paraná I	Tatuquara	4.927	18	18
2	Agricultor Ana Filibrante	CIC	24.200	1	2	17	Eletrosul-Associação Moradias Paraná II	Tatuquara	1.762	26	26
3	Agricultor Estefano Jabonski	CIC	40.000	1	1	18	Eletrosul-Associação Moradias Paraná III	Tatuquara	4.006	58	58
4	Agricultor Jamil Vaz	CIC	20.000	1	2	19	Eletrosul-Associação Moradias Paraná IV	Tatuquara	6.000	51	51
5	Agricultor Osvaldo Markowicz	CIC	40.000	1	1	20	Eletrosul-Associação Santa Cecília I	Tatuquara	3.000	33	33
6	Agricultor Vicente Witzki	CIC	20.000	1	1	21	Eletrosul-Associação Santa Cecília II	Tatuquara	6.100	28	28
7	Associação Comunidade Cauiá	CIC	4.900	20	20	22	Eletrosul-Associação Santa Rita I	Tatuquara	3.000	3	3
8	Associação Vila Rural Santa Rita	Tatuquara	40.000	8	8	23	Eletrosul-Associação Santa Rita II	Tatuquara	4.487	10	10
9	Associação Rurbana	Tatuquara	20.000	10	10	24	Eletrosul-Associação Santa Rita III	Tatuquara	2.950	7	7

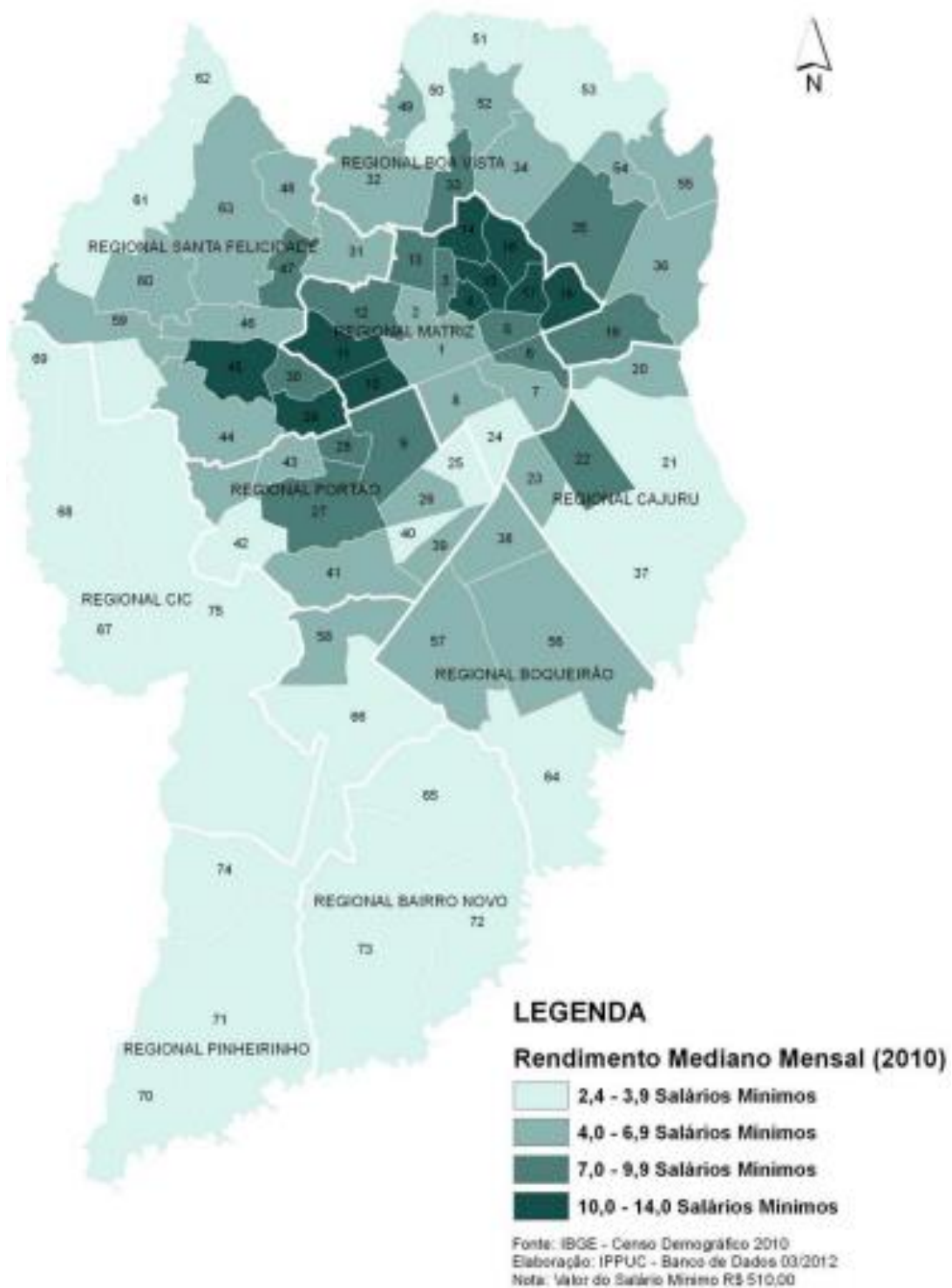
10	Associação Vila Evangélicos	Tatuquara	20.000	1	10	25	Eletrosul-Associação Santa Rita IV	Tatuquara	10.009	5	5
11	Copel – Associação Moradias Rio Bonito	Campo de Santana	30.000	10	10	26	Eletrosul-Associação Santa Rita V	Tatuquara	9.900	5	5
12	Copel – Associação Vila Verde	CIC	100.000	60	60	27	Eletrosul-Associação Santa Rita VI	Tatuquara	17.000	97	97
13	Copel – Associação Conjunto Itatiaia	CIC	80.000	40	40	28	Eletrosul-Associação Jardim Dom Bosco	Tatuquara	900	4	4
14	Copel – Associação Vila Conquista	CIC	10.000	7	7	29	Eletrosul-Associação Vitória Régia	CIC	30.695	145	145
15	Eletrosul-Associação Monteiro Lobato	Tatuquara	40.000	53	53	30	Eletrosul-Associação Rio Bonito	Campo de Santana	44.000	57	57

Fonte: Unidade de Agricultura Urbana – SMAB (2014).

A análise da tabela permite afirmar que as hortas urbanas estão situadas principalmente nos bairros com os piores indicadores socioeconômicos da cidade, destacando-se Tatuquara e Cidade Industrial. O mapa 1 demonstra a distribuição de renda de acordo com os bairros de Curitiba.

#### Mapa 1 - Rendimento médio mensal por bairro de Curitiba





Fonte: IBGE (2010).



A análise do mapa 1 revela que os bairros com as piores condições socioeconômicas se situam, principalmente, na região sul de Curitiba. Tal situação demonstra a segregação socioespacial existente em Curitiba, formada por diferentes fragmentos urbanos. Nesse contexto, Rodrigues (1988, p. 32) explica que: “a cidade capitalista confere a cada um o ‘seu lugar’, visto que a configuração do urbano tende a reproduzir as classes do capitalismo”.

Os fragmentos urbanos associados aos piores rendimentos médios se deparam também com elevada quantidade de moradias subnormais e escassez de equipamentos urbanos, sobretudo os públicos. Conseqüentemente, o direito à cidade e a sustentabilidade é relegado a grande parcela da população que ocupa tais bairros.

A escolha dos bairros com as piores condições socioeconômicas de Curitiba para a implantação das hortas urbanas se fundamenta na necessidade de garantir avanços sociais, econômicos e ambientais nas áreas que hoje se caracterizam pela escassez.

Ao aplicar um questionário para os beneficiários do Programa Lavoura, tendo como tema a destinação do excedente da produção, Valieri (2012) chegou ao seguinte resultado: 60% do excedente é doado, 30% vendido e 10% informaram não ter excedente.

Apesar da maior parte do excedente ser doado, como é a situação já relatada do programa Horta no Quintal de Casa em Pinhais, o Programa Lavoura vem possibilitando a comercialização de parte da produção, fato este que consolida a importância do projeto como geração de um complemento de renda aos beneficiários.

O investimento realizado pelo Lavoura garantiu a premiação do programa de horta urbana no Prêmio Internacional de Sustentabilidade C40 *City Awards*, de 2016. Como consequência, Curitiba ganhou ainda mais destaque no cenário mundial das cidades que promovem ações sustentáveis.

É evidente que a premiação não significa total cumprimento dos pilares da sustentabilidade urbana, ainda mais porque a desigualdade socioeconômica se faz presente em Curitiba. Contudo, é possível afirmar que os programas de

agricultura urbana implantados pelo poder público municipal contribuem para o aumento da produção de alimentos, além de possibilitar o trabalho com a terra, isto é, promovem um dinamismo econômico associado a melhoria na qualidade de vida pelo acesso a alimentos saudáveis.

O Programa Nossa Quintal, especificamente, vem contribuindo para o aumento da produção de alimentos em cidades via implantação de hortas em residências e escolas. O potencial do programa é o de estimular, simultaneamente, o auto-consumo de alimentos saudáveis pelos seus beneficiários e a divulgação da Educação Ambiental, este conquistada com o avanço da presença do projeto em escolas municipais.

Sabe-se que a alimentação saudável condiz com a melhoria da qualidade de vida da população, podendo se enfatizar o avanço no quadro de saúde por meio do estabelecimento e ampliação do programa Lavoura e Nosso Quintal, ainda mais por este incentivar práticas orgânicas de agricultura.

A presença das hortas urbanas, com o apoio do poder público, pode então significar a melhoria no acesso a alimentação saudável, ao estímulo para a produção de alimentos e também por possibilitar a geração de uma renda extra aos envolvidos com o projeto. Fatores estes que convergem com o estabelecimento da sustentabilidade urbana em sua plenitude, e não apenas em buscas por selos ou prêmios que auxiliam exclusivamente para o empreendedorismo urbano inerente ao *city marketing*.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A temática da sustentabilidade se faz cada vez mais presente em debates e ações promovidas pelo setor público e pela esfera privada. Porém, o excesso de comentários não significa propriamente a aproximação com o Desenvolvimento Sustentável, até porque seu conceito, muitas vezes, é utilizado de forma superficial ou mercadológica.

O artigo buscou analisar a evolução do termo Desenvolvimento Sustentável, enfatizando a sua transferência para o espaço urbano por meio da adoção de políticas públicas municipais. Nesse contexto, revelou-se a

multiplicidade de temáticas e interesses que permeiam o termo da sustentabilidade urbana, assim, escolheu destacar o estímulo adotado pelo poder público para a implantação de hortas urbanas nos municípios de Pinhais e Curitiba.

Em nenhum momento foi proposto a incorporação de hortas urbanas como solução para se alcançar a sustentabilidade urbana. Primeiramente porque se entende as limitações de tal estratégia, visto que apresenta um caráter mais pontual. Além disso, reconhece-se a sustentabilidade urbana como um processo, e não como resultado. Logo, existem várias estratégias, de cunho social, econômico e ambiental, que precisam ser incorporadas ao modelo de planejamento urbano para se caminhar na direção de sustentabilidade.

Ao refletir sobre as potencialidades advindas da implantação de políticas públicas, tornou-se possível afirmar que as hortas urbanas, mesmo com suas limitações já mencionados, geram incentivos que convergem com a aquisição dos pilares básicos do Desenvolvimento Sustentável.

O aspecto ambiental se torna viável devido ao incentivo a promoção de hortas urbanas embasadas na agricultura orgânica e na agroecologia. Ou seja, o incentivo é dado não apenas para se produzir alimentos, mas para que o processo produtivo respeite os recursos naturais do entorno.

Do ponto de vista econômico, a horta urbana pode ser um complemento de renda, ou até mesmo a renda mensal, para as famílias de baixa renda. No caso específico do Programa Lavoura, a elevada produtividade permite a geração de um dinamismo econômico a partir da comercialização das hortaliças.

Os avanços relacionados à questão social são múltiplos: aumento da compreensão sobre modelos de produção agrícola e Educação Ambiental; possibilidade de trabalho devido a necessidade de mão de obra nas hortas; acesso a alimentos saudáveis e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida.

Agrupando todos os aspectos mencionados, social, econômico e ambiental, é principalmente a cidade que atinge avanços em sua estrutura urbana e nas possibilidades geradas para a reprodução da vida de seus habitantes. Isso porque o espaço urbano tende a se tornar menos excludente, reduzindo problemas urbanos como a especulação imobiliária, visto que muitas hortas são implantadas em vazios urbanos que outrora se destinavam exclusivamente a especulação.

A partir da análise dos projetos das prefeituras de Pinhais e Curitiba, foi perceptível que há sim uma preocupação por parte do poder público no que se refere a busca pelo Desenvolvimento Sustentável. As prefeituras de Curitiba e Pinhais via imposição de programas públicos, tendem a estimular a conscientização ambiental da população, paralelamente, ao uso sustentável do espaço urbano.

Foi compreendido que a conceito de Desenvolvimento Sustentável transcende a esfera do meio ambiente, já que se aproxima também da esfera econômica e social. Sendo assim, a busca pela sustentabilidade urbana não requer um investimento elevado e nem um grande esforço, mas sim projetos que promovam transformações nas relações sociais e de produção que convirjam com a melhoria ambiental, social e econômica das cidades.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, R. **Estrutura urbana e sustentabilidade ambiental em cidades de porte médio: uma análise da cidade de Rio Claro – SP**. III Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável - PLURIS 2008. pp. 1 – 16.

BRASIL. **Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da cidade, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** 17-20 março, 2004. Brasília: Consea; 2004.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil, 1994. p. 14 – 20.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001. 368 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

COSTA, M. B. B. da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERRARETO, L. C. **A agricultura urbana e suas múltiplas funções: a experiência do Programa Lavoura da prefeitura de Curitiba-PR**. 116 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Novos caminhos para a agricultura no terceiro milênio**. 15º Comitê de Agricultura. COAG. Roma, 1999. Disponível em: <http://www.fao.org/3/x0075s/x0075s.htm>. Acesso dia 10 de agosto de 2018.

FOGAÇA, I. de F. **O turismo no contexto do planejamento e gestão estratégica de Curitiba**. 178 f. Tese (Doutorado). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, 2011.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua soberania alimentar. **Declaração Final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar**. Havana - Cuba, 7 de setembro de 2001. Disponível em: <http://neaepr.blogspot.com/2010/01/conceito-de-soberania-alimenta.html>. Acesso em: 03 de jul. 2018.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MADUREIRA, H. **Paisagem Urbana e Desenvolvimento Sustentável: apontamentos sobre uma estreita relação entre Geografia, Desenvolvimento Sustentável e forma urbana**. X Colóquio Ibérico de Geografia. Évora, 2005.

- NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, M. E; AMAZONAS, M. de C. **Desenvolvimento sustentável: institucionalização de um conceito**. Ed. Ibama, Brasília, 2002. p. 27-48.
- OLIVEIRA, M. de. A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960 – 2000). **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, N. 16. Jun. 2001. pp. 97-106.
- PENTEADO, S. R. **Agricultura orgânica**. Piracicaba: ESALQ, 2001.
- RODRIGUES, A. M. **Na procura do lugar o encontro da identidade – Um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco**. 333 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE CURITIBA (SMAB). **Programa de Agricultura Urbana de Curitiba é finalista em premiação internacional**. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba, 21 de set. 2016. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/programa-de-agricultura-urbana-de-curitiba-e-finalista-em-premiacao-internacional/40399>
- SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chepecó: Argos, 2003. 588 p.
- SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Omega, 1982.
- VALIERI, T. S. D. **Agricultura Urbana em Curitiba: o caso do loteamento Vitória Régia**. 55 f. Monografia (Especialização). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – Construções Sustentáveis. Curitiba, 2012.

